

Reis suevos e a igreja de São Martinho na formação de Portugal

Harold V. Livermore

No século passado foi possível acreditar no desaparecimento dos suevos com a deposição do rei Audecca em 585 e a breve usurpação de Malarico. (1)

(1) Juan de Bíclaro, ed. Julio Campos, Madrid, 1960, 94.

Mas as sociedades não desaparecem com a mudança dos regimes, e a comunidade sueva continuava a existir em terras de Portugal ou na Gallaecia romana desde 411 ou pouco depois até a conquista árabe de 711. O rei godo Egica colocou seu filho Witiza, penúltimo da linhagem, em Tui para que 'pater teneret regnum gothorum et filius suevorum.' (1)

(1) *Crónica de Alfonso III*, cap. 5.

O facto está confirmado pelas moedas do rei emitidas em Braga e em Tui com epíteto Victor ou Vct. (1)

(1) As moedas visigodas reconhecem só três epítetos: Pius, Justus, Victor. Desde 650 o epíteto 'victor' só se encontra em quatro moedas de Egica, que sofreu três derrotas às mãos dos francos e a rebelião de Sunefredo em 694. A campanha na Galiza pode ser um pouco antes. O sítio do palácio em Tui ainda se reconhece.

A história da monarquia sueva entre 411 e 469 tem chegado até nós através da crónica de Hidácio, bispo em Chaves, mas vai apenas até 469, provável ano da morte do primeiro historiador português. Na época descrita por Hidácio, os vândalos que se tinham instalado no *conventus asturicensis* migraram para a África, deixando os suevos como único grupo bárbaro com raízes na Península Ibérica. As divisões provinciais romanas eram civis, e podemos imaginar que não ofereciam obstáculos para o exército romano nem para os povos bárbaros que o substituíram. Os suevos penetraram na Lusitânia, na Bética e na Tarraconense, ou em busca de espólio, ou para proteger os terratenentes indígenas romanizados contra rebeliões dos *bagaudae*, rústicos. Abandonaram a cidade de Mérida e foram expulsos da Tarraconense pelos Visigodos estabelecidos na Aquitânia, e como vencedores dos Hunos e federados do império, protectores privilegiados das classes dominantes do império. É provável que os suevos já ocupassem a parte ocidental da Lusitânia, e centro do Portugal actual, mas ficou uma guarnição goda em Scallabis (Santarém) para defender o vale fértil do Tejo. (1)

(1) Assim, o cronista João de Bíclaro nasceu em Santarém (c. 540), de pai ou mãe goda, foi educado no Oriente e chegou a ser bispo de Gerona e abade de Bíclaro na Catalunha, onde morria entre 621 e 631.

Durante oitenta anos não temos notícias do reino dos suevos. A chamada 'História dos suevos' de Santo Isidoro de Sevilha só repete as informações contidas em Hidácio, notando a existência de 'muitos reis' que não nomeia. (1)

(1) Por serem arianos: embora, o santo não hesite em mencionar os reis godos arianos. Escrevia as suas obras históricas no primeiro quartel do séc. VI, quando podia ter conhecido os nomes: se não o fez, era porque não lhe interessava.

O véu só se levanta com a vinda de Martinho, bispo de Dume e metropolitano de Braga, que efectuou a conversão ao catolicismo do rei suevo e de muitos dos súbditos. O breviário de Braga atribui a sua chegada ao reinado do imperador Justiniano, morto em 565, e do godo Atanagildo, rebelde contra Agila em 552 e rei só em 555, quando Agila foi assassinado em Mérida. O mesmo breviário diz que Martinho foi consagrado como bispo em Abril de 556, que dedicou a basílica de Dume em 558, e que morreu em 20 de Março de 579, após vinte e três anos de episcopado. Quando Gregório de Tours (n. 539; bispo desde 573, m. 594) lhe atribui 'plus/minus triginta annos' como bispo, está errado, ou inclui um breve período como abade de Dume antes de ser promovido. (1)

(1) *Opera omnia*, ed. Barlow, 3,6, 304. Gregório, *História dos Francos*, V. 37. A data de 555 parece provável. Os católicos de Córdoba apelaram aos bizantinos, e o imperador despachou uma expedição comandada pelo velho soldado e diplomata Petrus Liberius. Agila, ariano intransigente, foi batido e morto em Mérida em Março de 555.

São Martinho não foi o primeiro bispo católico da igreja de Braga. Já em 538 o bispo Profuturo escrevera ao Papa Vigílio para perguntar sobre a maneira de tratar os conversos arianos. A carta está perdida, mas a resposta do Papa foi lida no I Concílio de Braga de 1 de Maio de 561. Como o metropolitano de Braga, Lucrécio, se refere a Profuturo como seu predecessor, parece que não havia outros, e que Profuturo fosse o primeiro da restauração católica. O Papa Vigílio era o candidato de Justiniano, imposto em vez de Silvério pelo general Belisário depois da sua conquista de Roma. Para Roma a heresia tradicional na Gallaecia foi o Priscilianismo, e a carta menciona dezassete erros dos Priscilianistas, sem mencionar o arianismo. O rei Ariomiro, que autorizou o concílio, adoptou a mesma posição do que os ostrogodos Theoderico, Thiudis e Thiudisco, e agora de Atanagildo, a de professar o arianismo, embora tolerando o catolicismo.

O I Braga foi no terceiro ano de Ariomiro, que teria chegado ao trono em 558, ano da dedicação da basílica. Haveria pois outro rei, de nome desconhecido, quando São Martinho chegou a Braga. Ariamiro está citado no título e no prólogo de I Braga, mas não em outra fonte contemporânea. Na carta que serve de prólogo ao *Parochiale* suevo o rei é Theodemiro, e João de Bíclaro afirma que em 570 Miro foi rei dos Suevos na Gallaecia depois de Theodomiro. Miro (570-583) foi com certeza pupilo do santo. Tem-se pensado que seu pai Theodemiro foi chamado Ariomiro antes de adoptar o catolicismo. (1) Nesse caso não seria rei quando chegou São Martinho.

(1) Mer-, mir- é famoso; Piel e Kremer, *Westgotisches Namenbuch*, 204, portanto Ariomiro, 'famoso entre Arianos', e Theodemiro, 'famoso pela conversão.'

Mas Gregório de Tours, no *De virtutibus beati Martini episcopi*, escrito em vida de Martinho de Dume, diz que certo rei da Galicia Chararico que tinha um filho gravemente doente de lepra, enviou presentes de ouro e prata ao santuário de Tours, e que o menino – *infantulo* – só foi curado quando chegou a Gallaecia Martinho de Dume, ao mesmo tempo que foram recebidas relíquias de São Martinho de Tours (m. 397). A versão é aceita por Barlow. Mas se Chararico foi um dos reis 'desconhecidos,' o *infantulo* não podia ser Arioniro-Thodemiro, pai de Miro, rei e adulto em 570; e se Chararico é uma variante franca do nome Ariomiro, então não foi rei mas só príncipe na época da chegada de Martinho. Creio que o problema é obra de Gregório que não tem solução. Mas não cabe dúvida de que o primeiro São Martinho foi o

modelo seguido pelo santo de Dume: ambos nasceram na Panoniana ou de descendência panoniana, onde havia antigas colônias suevas. O grande mérito do santo de Tours foi de ter pregado nas aldeias, *pagi*, onde fundou várias igrejas, tarefa antes confiada aos terratenentes. O *Parochiale* suevo demonstra que em 569, último do rei Theodemiro, o metropolitano São Martinho governava treze bispados com 107 igrejas e 25 *pagi*. Os topónimos são todos latinos, mas os *pagi* são limitados aos bispados de Braga, Porto e Tui, onde existiam ainda grupos dos descendentes de colonos suevos. O rei ocupava Dume, um conjunto de *villae* romanas perto de Braga. Os grandes entre os suevos ocupariam outras *villae* como a Vilanova na diocese do Porto e a Villa Gomedi em Braga. (1) A presença dos *pagi* suevos na zona nuclear de

- (1) A identificação das igrejas e *pagi* é em muitos casos quase impossível, por serem mosteiros isolados ou *mansiones* na rede de estrada romanas. Joaquim Maria Neto, *O leste do território bracarense*, 1975, e A. de Almeida Fernandes, *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, 1963; têm trabalhado para explicar os topónimos conservados no *Parochiale*, o primeiro utilizando documentos medievais que preservam formas agora perdidas, e o segundo através de modificações filológicas. Podemos agradecer o vasto trabalho sem aceitar todas as conclusões propostas.

Braga e Porto não requerem explicações. A expansão ao norte do Minho em Tui está comprovada pela permanência do príncipe Witiza em fins do século VII para governar o reino dos suevos. Também havia grupos de suevos na Galiza, indicados pelos topónimos Suevos, Suegos, na região da Corunha e no norte, e pelo Monte Suevo das Astúrias. Naturalmente é impossível fixar a data dos topónimos, mas existia uma ligação marítima entre os suevos de Portugal e a Gália. Gregório imagina as relíquias de Tours chegando ‘navigio prospero...mare tranquillo velociter ad portum Galiciae’ ao mesmo tempo que Martinho ‘simul cum ipsis pignoribus Galiciae portum ingressus sit.’ Santo Isidoro de Sevilha, escrevendo em 615-618, diz que Martinho ‘ex Orientis partibus navigans in Gallaeciam venit.’ (1) Não se pode duvidar da longa

- (1) *De viris illustribus*, Barlow, 301.

permanência de Martinho no Oriente, onde visitou os lugares santos, falava grego, e trouxe o monasticismo dos Padres do Deserto, cujo ascetismo seria mais apropriado do que a opulência dos bispos do sul para combater o priscilianismo. (1) Foi

- (1) Em II Braga, 572, adoptou-se o canon II, que o bispo só podia receber dois sólidos por cada visita anual, e não a terceira parte da ‘oblatione populi’ que se reservava às luminárias da igreja e conservação do teto. Naquela região o azeite e o vinho seriam importados. O pão de todos os dias foi o centeio ou milho, e a bebida a cerveja ou o leite.

considerado como um dos homens mais cultos do seu tempo, e devia ter conhecido pessoalmente o poeta das cortes francas Venâncio Fortunato, que lhe dedicou um *carmen* com alusões pessoais. Conservam-se os poemas de Martinho escritos para a dedicação da igreja de Dume, e Gregório menciona o facto de Martinho ter composto os versos inscritos sobre a porta meridional da igreja de Tours.

A missão de Martinho foi de renovar o catolicismo na província romana de Gallaecia. Venâncio Fortunato chama-lhe ‘Gallisueba salus,’ e diz da Galícia ‘sortis apostolicae vir tuus iste fuit,’ dirigindo a sua carta ‘ad Martinum episcopum Galiciae.’ Para Gregório é ‘gallicensis episcopus’, e fala do ‘portum Galiciae.’ Isidoro usa a forma mais correcta de Gallaecia.

Para a igreja do século VI, os reinos bárbaros eram transitórios: o único permanente foi o império romano. Ainda em 514 o bispo Cesário de Arles obteve do Papa Symmacho uma carta reconhecendo-lhe o direito de recomendar visitantes a Roma vindos das Gállias e das Hispâncias. Pouco depois em 521, o Papa Hormisda fez do bispo Salústio de Sevilha seu vigário para as províncias da Bética e da Lusitânia. A realidade política foi outra. Os suevos ocupavam legalmente o *conventus* de Braga e ocupavam parte do Lucense, mas não a cidade de Lugo, nem o Asturicense. O fundador do reino suevo Hermerico foi pagão, assim como seu filho Rechila (438-440), que entrou brevemente em Mérida e Sevilha. O rei Rechiário (448-456), o primeiro rei bárbaro em ser católico, fora o único a emitir moedas, *siliquae* de prata do imperador Honório, morto em 423, evidentemente para tornar manifesta a sua ocupação legitimada por aquele: existem só três exemplares, todos achados em terras portuguesas. Rechiário foi derrotado e morto pelo visigodo Teodorico II, federado do império, que impôs a forma ariana do cristianismo aos dirigentes suevos. Parece provável que o sobrinho de Honório, Valentiniano III, aceitou a expansão sueva em terras da antiga Lusitânia antes do seu assassinato em 453, abandonando assim a dinastia do *gallaecus* Teodósio no Ocidente. As moedas emitidas no oeste em nome de Valentiniano, mas em tempos posteriores, podem lembrar uma certa saudade de parte do povo romanizado pelo desaparecimento da dinastia. Os suevos tinham passado quase um século na Península quando o mapa romano ficou ainda mais modificado pela colonização dos visigodos expulsos da Aquitânia pelos francos e burgúndios. A crónica da Saragossa fixa a sua chegada na última década do século V, mas a grande migração devia ocorrer com a derrota de Alarico perto de Poitiers em 507. O grupo dominante instalou-se na Narbonense ou Septimânia, conhecida como a Gália Góthica. A massa da tribo tomou terras em Sória e o vale do Douro, identificadas pelos *Reihengraber* de que são conhecidos setenta exemplares entre o vale do Douro médio e superior e a região de Toledo. Não aparecem tais inumações na Gallaecia nem na Lusitânia sueva. O colapso e extinção da monarquia visigoda foi só impedida pela intervenção do ostrogodo Teodorico que mantinha uma rede de alianças germânicas e arianas desde Ravenna, onde foi reconhecido pelo império do Oriente. Protegia as duas confissões cristãs, nomeando um católico Petrus Liberius como prefeito das Gálias. Floresciam então os escritores Boécio e Cassiodoro. Nos seus últimos anos o sistema começou a desfazer-se. Com a derrota da casa real visigoda, seu parente Thuidis governou a Septimânia e a Hispânia Citerior, onde casou com uma hispana e pôde levantar um exército privado de dois mil homens, e proclamar-se rei (531-548). Na África os aliados vandálicos oprimiam a maioria católica, e na sua própria morte os ostrogodos recusaram a sucessão da sua filha e neto de cinco anos, disputando o trono de Ravenna. Foi naquelas circunstâncias que o imperador Justiniano enviou seu general Belisário para derrubar o reino vandálico, tomando a cidade de Cartago sem dificuldade e mandando imediatamente uma expedição para ocupar Ceuta e o Estreito. A província Tingitana constituía parte das Hispâncias do século IV, e durante o domínio vandálico foi provavelmente abandonada. Em Ceuta Justiniano fez reconstruir as muralhas, instalou um tribuno e o porto, onde mantinha uma flotilha de três dromones, dedicando uma nova igreja à Virgem de África. Em vez de uma invasão da Península Ibérica, lançou Belisário uma longa e ruinosa campanha para dominar a Itália. (1) As tropas bizantinas, bem

(1) Belisário depôs o Papa Silvério, acusado de favorecer os godos (*Procópio, Guerras*, V, XXV, 13), impondo Virgílio em 537. Em Junho de 538, Virgílio respondeu às cartas de Profuturo, oferecendo os seus conselhos sobre (1) os erros dos priscilianistas, (2) o baptismo, (3) os baptizados no rito ariano, e (4) a restauração e consagração das igrejas

armadas mas pouco numerosas, não bastavam para a conquista das Hispâncias. A penetração bizantina foi antes pelo comércio e as missões. Desde 517 o Papa Hormisda tinha aberto a igreja aos gregos, e em 521 lembrou os bispos da Bética deste passo para a unidade eclesiástica.

Em 538, só quatro anos depois da queda do reino vandálico de Cartago, o católico Profuturo ocupava a diocese de Braga. As *Vitas patrum emeritensium* dizem que um médico grego Paulo foi bispo da cidade, seguido por outro, Fidelis.

Mérida, a Emérita fundada por Augusto para os seus veteranos, foi a cidade de mais pura estirpe romana de toda a Hispânia Ulterior, com grandes monumentos, templos, teatro, hipódromo, aquedutos, mosteiros e um hospício conhecido pelo nome grego de xenodóquia, e uma boa tradição artística. Só não competia com Sevilha, Híspalis, antiga residência dos vigários, e famosa pelos estudos literários, legais e eclesiásticos, com a vizinha Itálica, país natal dos imperadores Trajano e Adriano, porto principal da Península Ibérica, muito ligado com o comércio de Roma, e portanto afectado directamente pela invasão bizantina da Itália, e pela sua ocupação do antigo *limes* da Tingitana, única defesa duma província sem tradição militar. O ostrogodo Thiudis, que seguia a política de convivência praticada por Teodorico, foi chamado para impedir uma invasão ou rebelião a favor dos bizantinos, e ali morreu assassinado em Junho de 548. Outro ostrogodo, Thiudisclo, seu *dux* contra os francos, morreu também assassinado em Sevilha em Dezembro de 549. O rei Thiudis permitira vários concílios da igreja católica na Hispânia Citerior. Os Visigodos do norte eram mais intransigentes, e em 549 escolheram como rei o *dux* Agila, que, ao que parece, não gozava da confiança nobreza assentada na Gália Gótica. A cidade de Córdova, cidadela da ortodoxia, (1) rebelou contra Agila, que sofreu uma derrota com

(1) Cordoba Patricia foi a sede do bispo Hosio, presidente do concílio de Niceia (325), o primeiro em condonar abertamente o arianismo.

a perda do seu filho e tesouro, retirou-se a Mérida, onde foi assassinado pelos seus em Março de 555. Os godos escolheram Atanagildo, da nobreza da Gália Gótica, que casou com Godesvinta, ao parecer da facção hispânica: instalaram-se em Toledo, povoação sem grande história, mas preferida pela igreja para os seus concílios pela sua situação central. Atanagildo, rebelde por algum tempo, foi favorecido pelos bizantinos, e pôde recuperar Sevilha, mas ao preço de perder a metade oriental das províncias de Bética e Cartaginense, que ficava nas mãos dos bizantinos seu 'patrício' foi Petrus Liberius, romano e antigo prefeito das Gálias, recentemente comandante dos bizantinos na Sicília. Tal foi a situação geral quando apareceu Martinho em Braga.

A atitude dos reis suevos não seria muito diferente da do rei Thiudis, um arianismo imposto desde fora para a classe dominante, e a religião ortodoxa e romana para a grande maioria. Só temos três documentos escritos do reino suevo, todos eclesiásticos, as actas dos I e II concílios de Braga e o *Parochiale* suevo. (1) O *Parochiale* está

(1) Utilizo as versões de I Braga (561) e II Braga (572) de *Opera omnia S. Martini*, ed. C.M. Barlow, e a edição do *Parochiale* (569) do Professor Pierre David, 1947.

precedido de uma carta do rei Teodemiro de 1 de Janeiro de 569, último do rei, enviada aos bispos da 'provincia regni nostri' explicando que toda a Gallaecia era muito grande para ser visitada todos os anos por poucos bispos e que era difícil que um só metropolitano chamassem todos para uma assembleia anual. O resultado vê-se em II Braga, quando o seu sucessor convocou dois metropolitanos, Martinho de Braga e Nitigílio de Lugo. O *Parochiale* não diz nada da divisão, mas põe primeiro as dioceses de Braga, I a VII, e logo as de Lugo, VIII a XIII. Durante muito tempo a *Divisio Theodemiri* foi considerada uma falsificação (como aliás a divisão de Constantino e a *Divisio Wambae*). David mostrou que o documento, exceptuando interpoções, está plenamente confirmado pelos factos conhecidos, mas conclui que 'la notice mise en tête du Parochiale est entachée d'exagération tendencieuse, lorsqu'elle affirme que Lugo

devient métropolitana *sicut et Bracara*. La lettre prêtée au roi Theodemir est donc également frappée de suspicion dans la mesure qu'elle suggère la création d'une seconde métropole.' (1) Mas em II Braga, autorizado pelo

(1) *Études historiques*, 66.

rei Miro em Junho de 572, os doze bispos, que se nomeiam com as respectivas dioceses, assinam em dois grupos, o primeiro encabeçado por Braga, e o segundo por Nitigílio, bispo da igreja metropolitana de Lugo, *ex synodo lucensi*. (1) Parece

(1) Na primeira linha 'Galleiae provinciae episcopi, tam ex Bracari quam ex Lucensi synodi, cum suis metropolitanis..' No final, São Martinho entrega a Nitigílio os cânones 'quae in partibus Orientis.. constituti sunt,' dos quais o num. iv, De primatu metropolitani, diz 'oportet episcopum cognoscere primatum metropolitani episcopi.' O essencial era a primazia.

portanto que as pretensões medievais de Lugo não são completamente falsificadas, mas que Martinho reconhecia em Lugo uma situação especial. O problema tinha surgido com a expansão da igreja de São Martinho, pois em I Braga, quando assistiam só oito bispos presididos pelo metropolitano Lucrécio, havia pelo menos dois representantes da igreja de Lugo, embora as dioceses não sejam mencionadas, Lucrécio, antes bispos de Iria, e Maliosus ou Mailoc, bispo dos Britones, que tinham também igrejas nas Astúrias. O rei Ariomiro sabia muito bem que a colonização do *conventus* de Braga foi legalizada pelo imperador Honório, mas que na época de Hidácio os habitantes de Lugo resistiram a absorção no reino suevo. Só na região de Tui havia uma intensa colonização sueva. A expansão sueva fora oposta pelos godos que tinham intervindo para suprimir a monarquia católica de Rechiário. É verdade que os suevos ocupavam cinco dioceses lusitanas entre o Douro e o Tejo, (menos o *conventus* de Scallabis), mas a ocupação era muito antiga, e possivelmente sancionada pelo imperador Valentiniano III, neto de Teodósio o Grande, e último da dinastia galaica, que acabou com o seu assassinato em 453. Os reis godos não permitiam que os bispos católicos se associassem com súbditos de outros monarcas. Sabemo-lo por uma carta do metropolitano Montano escrita em Toledo, em que censura um bispo no norte por ter admitido um prelado 'súbdito dum monarca estrangeiro' (que só podia ser suevo) a um rito. (1)

(1) *Origins of Spain and Portugal*, 138.

A ambição eclesiástica de São Martinho ultrapassava a capacidade política do prudente Ariomiro. O programa da igreja foi a restauração da província romana de Gallaecia, última em ser constituída pelos Antoninianos em c. 211-217, Província Nova Ulterior Antoniniana, pela união de três *conventus*, os Bracarenses e Lucenses, com predomínio celta, e os Asturienses, autóctones ou aborígenes. Os celtas ou Galaicos já perderam as línguas prerromanas: tinham fornecido o império com ouro e outros minerais, tendo adquirido uma rede de estradas e pontes, que deixou grandes espaços tribais; os astures, com língua e cultura distintas, forneceram o exército com homens e cavalos, estando perto da base legionária da Sétima Legião: a sua cidade de Astorga era um centro administrativo e militar sem monumentos notáveis. Tinham aceite o cristianismo quando Teodósio o tornou a única religião permitida, mas deram a sua preferência às doutrinas de Prisciliano pelo seu ascetismo e por considerar Prisciliano como mártir e concidadão. Mais ao este, os cántabros eram romanizados mas não cristianizados, e os Vascones conservavam a sua língua, costumes e religião próprias. A ocupação do vale do Douro pelos godos contribuía a isolar os asturianos. Parece que não foram representados em I Braga, mas em II Braga estava o bispo Polémio, para quem São Martinho compôs a sua obra mais conhecida

De correctione rusticorum, onde menciona os vestígios do paganismo romano que desejava extirpar. O *Parochiale* de 569 nomeia dez igrejas na Asturica, Astorga, Leão, o Bierzo, Zamora, Maurelos e mais cinco. São insuficientes para determinar se houve uma ou mais regiões não incluídas, ou se houve uma fronteira fixa com a Cantábria. Não se refere a campanhas na Asturicense antes do rei Miro (570), que fez convocar II Braga, que Barlow liga com a composição do *De correctione*. Um *carmen* de Venâncio dirigido ao imperador Justino II (565-578) diz: que os seus méritos são conhecidos em todos os países 'axe sub occiduo audivit Galicia factum, 'Vascone vicino Cantaber isto refert.' (1)

- (1) Méritos bem poucos: Justino II, sobrinho de Teodora, enlouqueceu em 573, fazendo seu césar e sucessor o *dux* Tibério.

Atanagildo, ao princípio apoiado pelos bizantinos, não podia aceitar com indiferença a expansão dos imperiais no sul. Recuperou Sevilha, e fez vários ataques a Córdova. (1) Entrou em negócios com os francos, casando suas filhas com

- (1) *Crónica de Saragossa*, sem mais pormenores. A frase de Santo Isidoro é ainda mais ambígua.

dois reis merovíngios, Chilperico e Sigeberto. Sigeberto, vencedor dos Hunos em 562, casou com a mais nova Brunhilde, que recebeu um grande dote. Brunhilde aceitou a conversão ao catolicismo; foi assassinado seu marido em 575, e ela pôde sobreviver até 613, quando também foi assassinada. O primo de Sigeberto, Chilperico, casou com a irmã mais velha Gailsvinta, mas tinha outras mulheres e a jovem goda não tardou em ser assassinada por uma delas. As páginas de Gregório não permitem fazer uma idéia clara do valor imediato da aliança: servia provavelmente para aliviar a pressão dos merovíngios contra a Gallia Gótica. Atanagildo morreu em Toledo em 567, ficando cinco meses sem sucessor. No fim do ano foi escolhido Liuva, que ficou na Narbonense, onde governou só durante um ano, antes de delegar o comando da 'província hispana' ao irmão Leovigildo que casou com a viúva de Atanagildo, conseguindo assim o apoio dos *fideles* de Atanagildo para continuar a guerra contra os imperiais. Tinha já dois filhos de outra mulher, católica, herdando portanto a política de convivência dos ostrogodos. João de Bíclaro, que comece a sua crônica em 568, não deixa de chamar maravilhosa a acção de Leovigildo em restituir a '*provincia Gothorum, quae iam pro rebellione diversorum fuerat diminuta.*' (1)

- (1) ed. Julio Campos, 80.

E precisamente em 1 de Janeiro de 569, quando o *regnum* dos godos estava fraco, que o rei dos suevos escrevia a sua carta-prólogo do *Parochiale*, autorizando os bispos a formar um novo sínodo reunindo as dioceses dos *conventus* de Lugo e Astorga. O sínodo de Braga abrangia a região nuclear do reino, mas as quatro dioceses de Além-Douro na Lusitânia anexadas havia muito tempo. A predicção de São Martinho foi especialmente activa no território 'pristino', – palavra empregada por João de Bíclaro, – com 36 *ecclesiae* e 19 *pagi*. Em todo o território de Além-Douro as quatro dioceses abrangiam só 25 igrejas, todas, ao parecer, em povoações romanas. Na Lucense, a Galiza moderna, havia quatro ou cinco bispados, com 35 igrejas, mais seis *pagi*, todos em Tui. Mas no *conventus* de Astorga existia só um bispado com 10 igrejas, mais as pertencentes aos Britones que foram fundadas em território asturiense. Não temos notícias das campanhas de Ariomiro-Teodemiro, mas parece que foi a igreja que antecedia o poder civil na expansão para oriente, e que foi o rei Miro, aluno de São Martinho, que teve que defender os territórios anexados no antigo *conventus asturicense*. As suas campanhas são conhecidas através da obra de João de Bíclaro.

Temos também as moedas, única documentação que, sendo autêntica, nos vem sem erros introduzidos por esribas nem deturpações de personagens poderosos ou mal informados. A publicação da *Moeda sueva: Suevic coinage* em edição bilingüe de J.M. Peixoto Cabral e D.M. Metcalf, com esplêndidas fotografias dos espécimes essenciais e bibliografia completa de tudo quanto se tem publicado sobre o tema nos oferece a oportunidade de considerar de novo o pouco que se sabe daquele período remoto mas formativo da história portuguesa...(1)

- (1) J.M. Peixoto Cabral e D.M. Metcalf, *Moeda sueva: Suevic Coinage* Porto 1997. A obra, iniciativa da Sociedade Numismática Portuguesa, faria honra a qualquer imprensa universitária. Os autores não pretendem resolver problemas históricos, mas sim apresentar um estudo enciclopédico do aspecto material das moedas. O emprego de métodos modernos de análise e de mensuração permite classificações cada vez mais refinadas, mas de interesse secundário para o historiador, para quem há só dois grupos, o das moedas autênticas que trazem informações relevantes, sejam em forma escrita ou simbólica, ou meramente negativa, e as que não servem para este efeito. As moedas não têm data nem efígie que se possa reconhecer com certeza. São tremisses ou trientes de ouro, a terceira parte do sólido, e obedecem mais ou menos fielmente a pautas estabelecidas em Bizâncio, centro para as cidades comerciais e industrializadas do Médio Oriente. Pelo simbolismo, cruz sobre peldouro ou cruz entre coroa, são ‘cristãs’ e ‘católicas.’

Desde há muito tempo foi reconhecido que a série ou séries que levam a inscrição *Latina moneta* ou *Moneta latina* tem um interesse especial porque levam topónimos que devem ser lugares de moedagem e, em poucos casos, informação de tipo político. São, como dizem os autores, as ‘jóias da coroa’ das séries. Os autores têm examinado também as peças mais numerosas achadas especialmente em território português, *solidi* e *trientes*, que têm sido classificadas como suevas por W. Reinhart e outros. Têm às vezes letras únicas que Reinhart não hesitou em interpretar como iniciais das oficinas onde foram cunhadas, procurando topónimos em N ou R citados em autores antigos. O método, como dizem os autores, é apenas conjectura, sem valor histórico. Só convém observar que a presença de duas letras, pouco frequente, vale muito mais que uma só: R pode ser Ravenna, Roma, etc., mas HS ou HN é com melhor probabilidade HISPANIA. Mesmo assim, o método é defeituoso. É preciso separar as *siliquae* de prata emitidas em nome do rei Rechiário que levam as letras BR, Braga: é um caso que vem de c. 456: não se repete no século VI. Há *solidi* de ouro com a efígie e inscrição de Honório e de Valentiniano III, evidentemente imitações tardias, mas são sujeitas às mesmas reservas: não se sabe se são ‘suevas,’ ou onde foram cunhadas. Os autores têm separado vários grupos ou famílias com feitio idêntico ou parecido, e até com o uso de cunhos idênticos, mas mesmo assim a sua procedência fica incerta. É interessante a conclusão de que algumas destas moedas são produtos tardios, atingindo o período das séries Latina moneta. (1)

- (1) ‘O que é quase certo é que as moedas em nome de Valentiniano com a letra R e as primeiras moedas da série *Latina moneta* são da mesma data e foram produzidas com um ou dois anos de intervalo’ (p. 85). A conclusão parece-me atrevida: os cunhos eram de ferro e tinham uma vida prolongada, podendo ser usados em pares ou individualmente.

A única região aurífera importante da Península Ibérica era uma banda de quartzita entre o Douro inferior e as montanhas cantábricas, muito explorada pelos romanos mas agora esgotada. O número de moedas conhecidas anda entre 150 e 200. É provável que muitas fossem roubadas pelo rei Leovigildo para serem cunhadas novamente. (1) A totalidade das produzidas era sem dúvida muito maior, mas a

(1) Na campanha de 585 devastou as Gallaecias, deteve o rei Audecca, e tomou seu tesouro. Em 575 nos Aregenses Montes deteve Aspidius e sua família e seu tesouro. Em 574 entrou na Cantábria, e 'opes eorum pervadit' (João de Bíclaro). Nas outras campanhas 'vastat' seguramente inclui a confiscação do ouro. Havia um tremisse suevo da série *Latina moneta* no tesouro godo de Zorita oculto em c. 576-579. A última moeda da monarquia sueva seria a de Audecca, *Odiacca reiges*, deposto em 585, agora perdida (p.87).

estimativa dos cunhos, de 350 cunhos 'usados para produzir 3,5 milhões de moedas, reduzido para dois milhões' é totalmente hipotética e sem valor histórico. A capacidade de um cunho não tem nada que ver com a sua produção, e as teorias do Sr Good não têm mais valor que as hipóteses da Reinhart. A sobrevivência das moedas é aleatória, e a especulação vestida com tecnologia redunda em especulação. (1) Novas

(1) A especulação não é sem valor para encher as lacunas da história, o que não é o caso presente.

achegas podem alterar as nossas idéias, mas no século passado têm aparecido poucas e ainda menos as que obrigam a mudar a perspectiva geral.

Os autores têm abandonado a busca de novas leituras das inscrições da série *Latina moneta*. Ao contrário, rejeitam algumas das leituras de Reinhart. Fica uma lista breve: LATINA EMERI MVNITA, BERGIDENSE MVNITA, MVRELENSE MVNITA, LEIO A COTIS MVNITA, SENA-PRIA TALASSIMV, MVNITA GALLICA PAX, LATINA IVLI MVNITA, LATINA MONETA MVRES, MVR.LLO IVLI MVNITA. LEONES MONETA CLARA, LATINA MVNITA BENE, LATINA MVNITA GATII, ODIACCA REIGES, e algumas mais de leitura obscura e alguma que outra mal formada ou degradada. Os autores duvidam que *Pollentia* (?) seja Palência. Rejeitam NTINA CPPTANIA MVNIT como de Egitânia: uma boa fotografia confirma as letras. A combinação Cpp não existe: se *c* fosse um *o* incompleto, teríamos opp – (idum), que parece aceitável, mas que deixa as outras letras sem explicar. Menos razoáveis são as dúvidas sobre *Emeri* – que só pode ser Emeritense, Mérida, por ser correcta a abreviatura, com a acentuação esdrúxula. Rejeitam a leitura de Reinhart, Latin *Tvde mvnita*, por Tuy como 'pouco prudente' (p. 82), mas dizem 'possivelmente de Tui' (p.84). Os autores dizem correctamente 'muita tinta se tem gasto para identificar lugares com as letras apropriadas. Não têm passado de um exercício inútil (p.67). A referência é às 'letras secretas.' O mesmo podia-se dizer de 'Mivivinonimovin.'

Convém dizer que a qualidade da obra é extremamente variável. Há moedas elaboradas por verdadeiros artistas, especializados, e as há de trabalhadores de aldeia sem conhecimento das letras. O facto exclui toda a ideia de uma casa real ou central de moedação, mesmo com períodos de completa decadência. Por exemplo, OBERISIDENS CUNITA (p. 305) é melhor 'O. BERSIDENSE .VNITA', onde o fabricante omite M por falta de espaço. O adjetivo neutro obedece a o. por *oppidum*, como em outros casos. A terminação – *ense* está bem clara.

Os autores têm dedicado palavras lisonjeiras à minha nota publicada em *Nummus*. (1) Expressei então a minha surpresa em não encontrar moedas da série

(1) H.V. Livermore, The coinage of the Suevic period, *Nummus*, 2a. série, 1989-1990, 39-49.

Latina moneta produzidas no território nuclear do reino suevo, observando que isto não prova que nenhuma tenham sido aí produzidas. Os autores aceitam a minha hipótese, embora duvidando da segunda parte. Parecia-me possível, e até provável, que a moeda de Audecca

e outras com inscrição ‘política’ fossem cunhadas no reino. Não há moedas do Além-Douro, se se exclui a Egitânia, e a excelente fotografia prova que CPPtania não pode referir-se àquele a cidade.

Na Idade Média, o pedreiro que fazia uma inscrição copiava um texto escrito, às vezes com erros numa língua que já não era sua. O obreiro que fazia um cunho em ferro, iletrado, às vezes copiava mal, às vezes calculava mal o pequeno espaço na moeda, e às vezes embrulhava letras que não entendia. Nas grandes cidades que possuíam uma longa tradição cultural, os erros seriam menos frequentes. Mas nos *oppida* eram escassos os especialistas. É inútil portanto buscar uma forma correcta onde nunca existira. As moedas são de *Latina moneta*, não de *Moneta suevica*, nem outra coisa: podem ser suevas, mas antes de mais nada são latinas e ‘católicas.’ A única grande cidade da Hispânia Ulterior foi Mérida: as moedas com *Emeri* são sempre legíveis. Há bons exemplos do *oppidum Bergidense*, *O Bierzo*, O. BERISIDENSEUNITA deve ser também do mesmo lugar, com S em vez de G, e não Berese, *pagus* de Braga no *Parochiale*. Outro grupo é do OPPIDUM MVRUELENSE, ou Maurelos, o ‘Maurelos superiores et inferiores’ igreja da diocese de Asturica no *Parochiale*. Mas existem também MVRES e MVR.LLO IULI MVNITA. Como observam os autores, ‘referem-se presumivelmente a Maurelos’ (p. 81). Se Maurelos fora Iuli (Lam. 17, 5), não precisaríamos de buscar Iuli em outra parte. (1)

- (1) A moeda está rota, mas *Mv..lo ivlimnita* é perfeitamente legível. A interpretação de Pax Iulia, Beja, é com certeza errada; a minha hipótese de Iuliobriga, perto de Reinosa, na Cantabria, fica.

Outro grupo é de Leão. Legio, segunda igreja da diocese de Asturica no *Paraochiale*. A moeda LEONES MONETA CLARA está perfeitamente formada na letra, embora bastante tosca na efígie do monarca. *Clarus*, ‘firme na fé’, é o adjetivo aplicado aos prelados notáveis: ‘Mausona claurus habetur.’ LEIO / A COTIS MVNITA (lám. 18, 1), LEIO / A COTIS MVNITA (18, 2) são também legíveis, embora menos elegantes: as formas *gotis* ou *cotis* reflectem meras diferenças de pronúncia. Ambas levam no reverso a letra L ‘verticalmente invertido.’ (*Leones moneta clara*) tem a letra ‘p’ verticalmente invertido’ no anverso. Ainda mais rudo, mas com inscrição legível, é ‘A COTES MONETA PAX’ (lám. 19.2), com a letra vertida, excepcionalmente, para fora.

Os autores aceitam sem comentário a moeda ‘SENAPRIA TALISSIMV’ identificada por Reinhart (lám. 24, 69). Sanapria é a Senabria do *Parochiale*, igreja de Ourense, agora Sanabria (1)

- (1) *Talassimv* não se explica. Ao lado de Senabria vem os Calapacios maiores, ‘Calas (ma)ximi’ (???)

BENA é Benavento, ao sul de Leão, escrito então como a cidade italiana onde tomou o seu nome. E o Núm. 62 de Reinhart (lám. 23 do livro presente) é perfeitamente legível. Os autores adicionam o Num. 55 de Reinhart ‘que só nos foi dado estudar através de fotografias: Reinhart publicou-a em 1937 *Latina...demnita*, e ‘de novo e com menos probabilidade em 1942 com a leitura *Latin Tude mnita*, para Tui’ (1) A moeda *Latina Polle...com tres ou quatro letras degradadas*, pode ser

- (1) 81 82. A fotografia é pequena, mas creio ver .VDE, com um espaço que podia ser T. Tui ficou fora da zona nuclear sueva, mas teve uma forte imigração de suevos em dez *pagi*.

Palência, que se encontra escrita com 11. Não encontro melhor solução: as letras que se lêem são bastante claras.

As moedas emitidas em Mérida parecem ser únicas na província da Lusitânia. A explicação pode ser que, sendo capital da província e intensamente ortodoxa na sua religião, as moedas emitidas na capital eram suficientes para o resto da província. (1)

- (1) Além de ter uma forte tradição cultural romana, a sua casa de moeda foi ainda mais activa que a de Toledo durante o século gótico.

Em todo o caso, as moedas da capital serviriam como protótipos para toda a região. Para João de Bíclaro, o bispo de Mérida foi notável na igreja católica desde 573. Foi exiliado por Leovigildo em 578, quando não havia metropolitano em Mérida: quem 'clarus habetur' foi o presbítero João. A causa da crise foi o desejo de Leovigildo de impor um bispo ariano, Sunna.

Muitas das moedas da série *Latina Munita* são da vizinha província de Gallaecia, e especialmente do *conventus* de Asturica: Bergido, Murelos. Leon, Benavente. Falta a própria Asturica, sede do único bispado, benefício do Polémio, que assistia a II Braga em 572.

Não temos história narrativa das campanhas de Ariomiro-Teodemiro na expansão do reino suevo, se as houve. A sua carta de Janeiro de 569, que serve de prólogo a II Braga, admite o segundo sínodo de Lugo, deixando aos bispos a tarefa de organizar a divisão. Faleceu em 570. O jovem Miro, aluno de São Martinho, celebrou no seu segundo ano a reunião de treze bispos, com a presença de Polémio, cuja diocese está associada com Lugo, não com Braga. O Biclarense declara que em 572 Miro, rei dos suevos, fez uma guerra contra os Runcones ou Aragones. J.B. Pérez anotou em Aragones '*Runcones ait Isidorus*', sinalando a existência de Ruconia em Navarra na Idade Média. Campos rejeita a povoação de Navarra como inverosímil, citando J.M. Rubio, que estima mais provável as zonas de Salamanca e norte da Estremadura espanhola. Mas Plínio conhece os Arconi, situados nas Astúrias, o que me parece preferível. Nesse ano de 572, Leovigildo estava ocupado com a conquista de Córdoba aos bizantinos, e eles mesmos sofreram uma derrota na África mauritânia, perdendo o seu general. A proeza lançou a carreira triunfal de Leovigildo. Morto o irmão Liuva, reinava na Gália Góthica e nas Hispâncias. Tomou Córdoba num ataque noturno, matando os *milites* da guarnição bizantina e 'uma multidão de rústicos' nas cidades e castelos vizinhos. No ano seguinte de 573, voltou a sua atenção ao norte. Podemos imaginar o efeito da derrota dos imperialistas nas comunidades católicas que acabavam de reconhecer o rei dos suevos. Seria esta a causa da sua pressa em cunhar moedas de ouro para oferecer a Miro como prova da sua adesão? Não o sabemos, mas Leovigildo então associou seus dois filhos, Hermenegildo e Recaredo, com a sua autoridade, com a intenção evidente de estabelecer sua dinastia em ambos os territórios. Santo Isidoro diz que Leovigildo foi o primeiro entre os godos em adoptar as insígnias da realeza: trono, ceptro e coroa, sem mencionar as datas relevantes. Em 573, o seu adversário, o imperador Justino II, igualmente infeliz na guerra da Mauritânia, enlouqueceu.

Na primeira campanha do norte, Leovigildo entrou em Saparia/Sabaria e devastou a província dos Sappi, cujo território anexou. Os Sappi são mencionados por Plínio, mas a sua localização é incerta. Campos cita a opinião de Morales: '*credebatur esse Toro oppidum prope Zamoram.*' (1)

- (1) p. 83, mas a nota da p. 118 é pouco clara.

Se assim foi, os Sappi são Ástures. Toro, ou Villa Gothorum, é a fronteira da zona gótica no rio Douro, um pouco a montante de Zamora, o Semure do *Parochiale* suevo. Para o *oppidum* a forma Saparia parece preferível a Sabaria. Sabaris Vaccaeorum deve ser diferente, pois a grande tribo dos Vaccaeis tinha o seu território mais ao sul. Sabaria na Pannonia, agora Szombathely na Hungria, foi o lugar natal de São Martinho de Tours, como confirma Gregório.

(1) Como São Martinho de Dume deu o

(1) *Francos*, I, 36; X, 31.

nome de Pannónias a Panóias, missão na imediação de Vila Real, não seria estranho que fundasse uma Sabária: existia perto de Bragança, pois em 1320 existia a igreja de Santiago de Sabaris. (1)

(1) Fortunato de Almeida, *História da igreja em Portugal*, II 643, citado em Joaquim Maria Neto, *O leste do território bracarense*, 1975, 128.

Em 574 Leovigildo entrou na Cantábria, matou os intrusos na província, ocupou Amaia e levou o tesouro, estabelecendo a sua autoridade. Amaia, perto do actual Viladiego, é um castelo bem conhecido: fica entre Palência e Reinosa, a antiga Juliobriga. Tanto Palência como Juliobriga tem uma larga história cristã. No século III uma sepultura de Juliobriga refere-se a um diácono, talvez da igreja de Palência. A *Notitia dignitatum* – do reinado do imperador Honório –, indica a presença de uma cohorte de Brigantia na Gallaecia ‘*nunc Iuliobriga*.’ As moedas suevas marcadas claramente *Iuli* devem ser de aqui. A de *Latina Iulli Mvnita* não suscita dúvidas, nem a do *O. Mvrelense* (lám. 17, 3, 6). Ambas tem P. no reverso, que pode indicar o bispado de Palência. A combinação *Mvr llo Iuli mvnita*, também com P no reverso, que os autores colocam no mesmo grupo, é mais duvidosa, enquanto a ‘*llo*’ que não se vê bem. (1)

(1) A expansão da Gallaecia para leste nos séculos IV e V é tema do estudo de C. Torres, *Cuadernos de estudios gallegos*, XIV, 1949. O epítápio do abade Victoriano no mosteiro de S. Maria de Asan leva a data de ‘sabbato I Januarias pridie idus de VII Atanagildi,’ ou 12 de Janeiro de 558.

São Braulio (fl. 630-650), ao escrever a *vita* de Aemilianus, São Millán, informa-nos que ao missionário dos cántabros, foi revelada a próxima ruína da Cantábria. Mandou reunir o senado para o dia da Páscoa, e explicou a sua visão (‘*quod viderat*’). Certo Abundâncio escarneceu dele e foi morto no ataque. Se a anedota tem algum valor, dever ser em relação ao ataque de Leovigildo. Se as comunidades católicas das Astúrias e da Cantábria enviavam as moedas de ouro a Miro para expressar a sua adesão, é evidente que o rei suevo carecia dos recursos necessários para proteger súbditos tão afastados, e que o rei dos godos, se admitia a religião da grande maioria dos seus, não tolerava a expansão sueva em territórios que considerava seus.

A campanha de 575 foi contra os montes Aregeneses, onde Leovigildo capturou Aspídio, senhor do lugar, e sua família, levando o seu tesouro. Campos cita as variantes Aspiclum/Aspiclum, e estima que os Montes Aregenses podiam fazer parte da província moderna de Ourense, ou terras vizinhas de Portugal, o que cai bem com a campanha do ano seguinte, quando o godo penetrou na Gallaecia sueva. (1)

(1) p. 123.

Em 576 Leovigildo atacou a fronteira dos suevos na Gallaecia, e o rei Miro pediu uma paz enviando delegados, o que lhe foi concedido por pouco tempo. (1) A moeda

(1) Se a hipótese de Campos é bem fundada, de buscar os Montes Aregenses na Ourense, podiam identificarse com os Alpes Sispiarci, agora Sierra de la Culebra, e a campanha do ano seguinte ser dirigida contra Sanabria.

A cotis moneta pax, descoberta em Coimbra, parece referir-se a esta paz (lám. 19, 20). A submissão de Leão, provavelmente sem combate, deve ser reflectida nas moedas *A cotis mvnita*.

Aqui deve terminar a breve história das ‘moedas suevas.’ Miro e sua esposa Siguntis continuavam o seu reinado em Dume. Tiveram um filho Eborico. Seria ainda jovem quando Miro morreu em 583. Acudiu ao apelo de Hermenegildo, filho católico de Leovigildo, governador ou rei em Sevilha, e rebelde contra o pai. Miro não podia chegar a tempo para salvar Hermenegildo, que derrotado em Sevilha, fugiu para Córdova, onde foi preso e depois executado em Valença. Eborico reinou por menos de um ano, sendo deposto em 584 por Audecca, que tratou de legitimar a sua sucessão casando com Siguntis. Foi a ilegitimidade de Audecca que deu a Leovigildo o pretexto de intervir para suprimir a monarquia sueva. Audecca emitiu uma moeda, de que existe só um exemplar, agora perdido, antes de ser recluso num mosteiro de Beja. Uma tentativa de aclamar Malorico de quem não se sabe nada – possivelmente outro filho de Miro, – fracassou.

São Martinho de Dume tinha morrido em Abril de 579. A expansão da sua igreja, trouxe para Portugal as terras de Bragança, e ainda Sanábria e Zamora, reclamadas para Portugal nos tempos do Conde Dom Henrique e Afonso I. São Martinho não podia restaurar a província romana da Gallaecia porque os recursos do rei suevo não bastavam para a defender. Mas a intensidade da sua obra missionária devia ter uma aportação permanente na formação religiosa e psicológica as povoações de entre Minho e Douro. As terras de entre o Douro e Tejo, perdidas quando a província romana da Lusitânia foi restaurada em c. 660-680, fizeram parte da monarquia sueva, e foram recuperadas na longa expansão da Reconquista cristã.